

INFRAESTRUTURA

# Egelte pede R\$ 40 milhões para retomar obra do Aquário

Empreiteira pleiteia novo aditivo para concluir projeto, paralisado desde novembro do ano passado

LUCIA MOREL E  
EDUARDO MIRANDA

A Egelte Engenharia, que começou a construir o Aquário do Pantanal em 2011, mas que foi retirada da obra em 14 de março de 2014, pede R\$ 40 milhões a mais ao governo do Estado para poder reassumir e finalizar o empreendimento. Reunião entre a empresa e a Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul) na manhã de ontem terminou sem acordo e ambos definiram que vão pedir mais dez dias à Justiça para apresentar uma resposta final sobre a retomada ou não da construção.

O governo admite pagar até R\$ 30 milhões para concluir o empreendimento. Esta diferença de R\$ 10 milhões é motivo de novo impasse.

Parte desses recursos viria de um fundo de compensação ambiental criado pelo ex-governador André Puccinelli, em 24 de dezembro de 2014. Instituído com R\$ 34.261.208,01 em caixa, atualmente existem aproximadamente R\$ 17,6 milhões disponíveis. Um total de R\$ 16,8 milhões dessas reservas já foram utilizados no Aquário, segundo o governo do Estado.

Por enquanto, o valor contratado para a conclusão de todo o complexo Aquário do Pantanal é de R\$ 200.056.710,40. Desse total, R\$ 172.476.338,72

são contratos vinculados à Agência Estadual de Empreendimentos (Agesul), e outros R\$ 27.560.710,40 são de despesas vinculadas à Secretaria de Administração.

O secretário de Infraestrutura, Marcelo Miglioli, estima que mais R\$ 30 milhões sejam suficientes para terminar o complexo; tanto que ele afirma que os R\$ 40 milhões que a Egelte pleiteia não são considerados pelo governo. “Não reconhecemos esse valor, até porque não analisamos o número deles. Quanto ainda vai ser investido a mais são os nossos técnicos (da Agesul) que vão definir”, sentenciou.

O secretário admite que serão necessários mais que os R\$ 6.909.490,64, que ainda não foram repassados às empreiteiras Egelte e Proteco na construção da obra física. Este contrato, que começou com um valor de R\$ 84 milhões em 2011, com todos os aditivos que recebeu no período, atualmente é de R\$ 123.467.038,08. Até a suspensão dos repasses à Proteco, que vinha executando o contrato, em julho de 2015, foram repassados R\$ 116.557.347,44.

“Temos pouco mais de R\$ 6 milhões em saldo contratual e nossa equipe está levantando o que falta para concluir o Aquário. Os serviços novos nós vamos ressarcir a Egelte e provavelmente vamos ter que aditar algumas coisas a mais na obra”, destacou.

## RETRABALHO

Dentre essas obras a mais estão o assoalho do pier, cobertura externa, piso, dentre outros. Além disso, estão os serviços que precisam ser refeitos, ou seja, que já haviam sido concluídos e que precisam ser feitos de novo devido ao estrago causado pelo tempo de paralisação do empreendimento. Entre eles estão a troca de placas de granito, que sujaram ou quebraram, calçadas quebradas, pintura e recolocação de peças de madeira do deck externo, além de troca de vidros, também quebrados.

Esse retrabalho também aju-



PAULO RIBAS

**MANUTENÇÃO.** Por causa da paralisação, algumas partes da obra precisarão ser refeitas, as placas de granito, por exemplo, devem ser trocadas

da a emperrar o acordo definitivo entre Egelte e Estado para finalizar o Aquário. Ocorre que se esperava para ontem o resultado que definiria se a empreiteira vai ou não reassumir a obra, no entanto, a empresa não quer se responsabilizar pelo pagamento de serviços já realizados, mas que estragaram ao longo do tempo em que a obra permanece parada. O governo do Estado, por sua vez, também não quer arcar com esse ônus, e por isso possível acordo foi protelado por mais dez dias.

O secretário de Obras estadual, Marcelo Miglioli, disse que é intenção do governo que a Egelte retorne ao canteiro do Aquário e que este também é o desejo da empreiteira. No entanto, nenhum dos dois quer pagar por serviços já realizados, muitos deles pela Proteco, empresa subcontratada pela Egelte, que assumiu o canteiro de obras em março de 2014.

“Existe o interesse da Egelte em retornar à obra e existe interesse do Estado que ela retorne. O impasse está em alguns retrabalhos a serem feitos e a discussão quem vai assumir isso”, destacou Miglioli, ao afir-

mar que o retorno da Egelte é o caminho mais fácil e rápido para solucionar a paralisação do empreendimento, que já dura oito meses. Não foi informado o valor previsto do retrabalho.

A obra parou em julho do ano passado, a pedido do Ministério Público Estadual (MPE), depois que a empresa que realizava a construção no lugar da Egelte, a Proteco Construções, passou a ser investigada na operação Lama Asfáltica, da Polícia Federal.

Quando Reinaldo Azambuja (PSDB) assumiu o governo, em janeiro do ano passado, a obra passou por auditoria, que identificou cerca de R\$ 1,6 milhão pagos a mais neste contrato compartilhado entre Egelte e Proteco.

Em novembro do ano passado, a Egelte entrou na Justiça para pedir a rescisão do contrato, já que o governo desejava que a empresa retomasse o canteiro a qualquer custo e a empresa queria auditoria no local antes de cogitar a retomada. Sem acordo, houve a judicialização, e em janeiro deste ano o Tribunal de Justiça definiu que negociações seriam o melhor caminho para acordo.

Caso a Egelte não aceite reassumir o Aquário, as outras duas possibilidades seriam a rescisão amigável do contrato, assinado em 2011, de tal forma que a empresa libere o governo do Estado para contratar nova empresa para terminar a obra. Caso nem mesmo isso seja possível, a saída é continuar com a ação judicial, o que tornará a construção interminável, uma vez que qualquer intervenção só seria possível quanto houvesse a sentença.

## INVESTIGAÇÃO

A construção do Aquário do

Pantanal é alvo de pelo menos duas investigações em andamento, conduzidas pela Força-Tarefa do Ministério Público Estadual. Uma delas apura irregularidades na construção da obra física, contrato cujos titulares são Egelte e Proteco.

Uma outra investigação já foi concluída. Ela pede o ressarcimento aos cofres públicos de aproximadamente R\$ 5 milhões, usados em contrato para manter 13 mil peixes que habitariam o empreendimento. Em abril do ano passado, 6.111 morreram misteriosamente.

VALDENIR REZENDE



**SECRETÁRIO.** Para Marcelo Miglioli, obra precisa de mais R\$ 30 milhões

INFRAESTRUTURA

# Emergencial, operação tapa-buraco vira definitiva

ANNY MALAGOLINI

A solução definitiva para o fim dos buracos nas ruas e avenidas da Capital pode estar longe do fim. Ainda sem prazo determinado para que a Operação Tapa-Buraco emergencial do prefeito Alcides Bernal saia de cena, prevista para ser encerrada neste mês, a ação ‘paliativa’ e que até agora demonstrou pouca eficácia deve continuar.

As promessas de fechar os buracos nas ruas começaram em novembro. Na época a Prefeitura de Campo Grande anunciou a solução emergencial para recuperar as ruas, com “remendos temporários”, mas como o primeiro plano não foi bem-sucedido, o município estipulou o mês

de março como nova data para que todos os buracos da cidade sejam cobertos.

Os planos da prefeitura para 2016 eram maiores do que a operação atual, que custa R\$ 2 milhões mensalmente. Em vez dos remendos, a partir de março seriam feitas obras de readequação asfáltica de ruas e avenidas, com novos contratos, e então a operação tapa-buraco seria encerrada. Mas segundo Amilton Cândido, secretário de Obras da cidade, primeiramente serão feitos estudos sobre a atual condição do pavimento, o que ainda não tem data para ser finalizado. “Precisamos fazer para ter ideia de qual é a melhor intervenção a ser feita, para depois se criar um projeto e abrir licitação para a obra”,

explicou. Amilton também disse que as chuvas frequentes e o “asfalto vencido” contribuíram para que o serviço não tenha sido concluído. “Não tem mágica”, declarou.

Enquanto a prefeitura não sabe o que fazer para solucionar o “queijo suíço” das ruas da cidade, em semana de chuva na Capital os excessos de buracos voltam a ser reclamação do campo-grandense. Na área central ou em bairro, a queixa é a mesma: a falta de ações para por fim ao problema.

Nem mesmo os trechos mais complicados receberam reparos. A Rua Jerônimo de Albuquerque, no Bairro Nova Lima, ficou conhecida depois dos estragos provocados pela chuva do dia 18 de fevereiro. Grande

parte do asfalto foi levado pela enxurrada, e o local ficou destruído. “No dia a equipe da prefeitura veio aqui, mas depois ninguém deu satisfação”, contou a moradora Heloína Aparecida, 56 anos.

Em outro ponto da cidade, menos recente, a Avenida Ministro João Arinos, na saída para Três Lagoas, chegou a ser visitada por uma equipe do jornal **Correio do Estado**, onde foram verificados remendos recém-executados pela operação-tapa buraco do prefeito Alcides Bernal, mas em menos de 30 dias os reparos sumiram e os buracos se multiplicaram; são incontáveis, alguns passam de 1 metro.

Na Rua Nova Bandeirantes, na Vila Jaci, buraco de quase 2 metros de profundidade tem preocupado quem passa pelo local. Segundo os moradores, a abertura começou com uma pequena fissura, mas com as chuvas recentess a situação se agravou até se formar a cratera no meio da rua.



GERSON OLIVEIRA

**PERMANENTES.** Na saída para Três Lagoas, buracos sempre voltam



BRUNO HENRIQUE

**NADA É FEITO.** Na Vila Jaci, profundidade de buraco chega a 2 metros